

# THALES GUARACY

# A CONQUISTA DO BRASIL 1500-1600

Como um caçador de homens, um padre gago e um exército exterminador transformaram a terra inóspita dos primeiros viajantes no maior país da América Latina

1º VOLUME DA TRILOGIA FORMAÇÃO DO BRASIL

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

 Planeta

# THALES GUARACY

# A CONQUISTA DO BRASIL 1500-1600

Como um caçador de homens, um padre gago e um exército exterminador transformaram a terra inóspita dos primeiros viajantes no maior país da América Latina

1º VOLUME DA TRILOGIA FORMAÇÃO DO BRASIL

 Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Thales Guaracy, 2015, 2024  
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2015, 2024  
Todos os direitos reservados.

**CONSULTORIA EDITORIAL:** Diego Rodrigues e Leonardo do Carmo (Obá Editorial)

**PREPARAÇÃO DE TEXTO:** Solange Lemos

**REVISÃO:** Maurício Katayama, Jumi Oliveira, Ricardo Paschoalato e Fernanda Guerreiro

**MAPAS:** Sonia Vaz

**PROJETO GRÁFICO DE MIOLO E DIAGRAMAÇÃO:** Negrito Produção Editorial

**CAPA:** Estúdio Foresti Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Guaracy, Thales

A conquista do Brasil 1500-1600: como um caçador de homens, um padre gago e um exército exterminador transformaram a terra inóspita dos primeiros viajantes no maior país da América Latina / Thales Guaracy. – 2. ed. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2024. 224, [16] p. : il.

Bibliografia

ISBN 978-85-422-2806-9

1. Brasil – História – 1500-1600. I. Título.

24-3298

CDD 981

Índice para catálogo sistemático:  
1. Brasil – História



Ao escolher este livro, você está apoiando o  
manejo responsável das florestas do mundo

2024

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.  
Rua Bela Cintra, 986 – 4º andar – Consolação  
01415-002 – São Paulo-SP  
[www.planetadelivros.com.br](http://www.planetadelivros.com.br)  
[faleconosco@editoraplaneta.com.br](mailto:faleconosco@editoraplaneta.com.br)

## **Acreditamos nos livros**

Este livro foi composto em Kepler Std e  
impresso pela Geográfica para a Editora  
Planeta do Brasil em agosto de 2024.

## CAPÍTULO 1

# Os donos da terra

### O HOMEM SEM PASSADO

Os indígenas do Brasil, incluindo os que no passado habitavam a costa do estado de São Paulo, costumam dar um novo nome em sua língua aos estrangeiros que acolhem, para identificá-los em sua própria sociedade. Para os indígenas, esse nome tem características totêmicas – refere-se a algum fenômeno e forma da natureza, animal ou vegetal, ou à primeira impressão que têm do indivíduo. O nome indígena não apenas designa a pessoa como define simbolicamente a sua personalidade: revela o que ela é. João Ramalho foi chamado de *Pirá-tininga*, ou Piratininga (em tupi, “peixe seco”). Sugere o homem chegado do oceano sem se molhar – isto é, numa caravela, embarcação que para os indígenas, no início, tinha algo de assombroso, quase sobrenatural.

As naus que cruzavam o Atlântico, em forma de casca de noz, de cujas amuradas se defecava no mar, deixavam entregues à própria sorte nas terras brasileiras tanto os amotinados como os criminosos que aceitavam trocar a prisão pelo exílio. Só aqueles que apodreciam nas medievais cadeias portuguesas se inclinavam a

aceitar como preço pela liberdade a vida numa terra desconhecida e inóspita, na qual tinham poucas possibilidades de sobrevivência. Engolidos pela mata ou capturados por indígenas belicosos, a maior parte deles desapareceu anonimamente. Ramalho, porém, teve destino melhor.

Personagem legendário, ele pouco revelava de seu passado. Nada dizia mesmo às pessoas com quem conviveu ou que tiveram contato com seu testamento desaparecido, como o frei Gaspar da Madre de Deus,<sup>1</sup> para quem ele chegara ao Brasil ainda antes de Pedro Álvares Cabral.<sup>2</sup> Filho de João Vieira Maldonado e Catarina Afonso de Balbode, nascido em Vouzela, comarca de Viseu, pertencente a Coimbra, Ramalho fugiu ou foi abandonado por uma nau no litoral de São Vicente, ilha colada ao continente, assim batizada por Gaspar de Lemos, um dos comandantes da esquadra de Cabral.

Ramalho nunca revelou ou pôde revelar como chegara ao novo continente, jamais retornou a Portugal nem reviu a mulher que deixou para trás, Catarina Fernandes das Vacas. Para ele, o futuro era Pindorama, na língua dos nativos, ou a Ilha do Paraíso, como era conhecida em Portugal naquela época, e que seria ainda a Terra dos Papagaios, Terra de Santa Cruz, mais tarde Vera Cruz e depois, no período colonial, Estado do Brasil. Ali, o homem sem passado nasceu novamente, com o novo nome e uma nova identidade.

A Ilha do Paraíso tinha o aspecto luxuriante que se imagina do paraíso bíblico, mas era também infernal. Ao chegar, Ramalho deparou-se com os guaianazes, nus e belicosos. Viviam entre o litoral, uma faixa de areia escura e viscosa que dava para a mata de mangue, e o vasto planalto ao qual se chegava subindo a serra do Mar, conhecida pelos indígenas como Paranapiacaba (“lugar de onde se vê o mar”). Vista de longe como um tapete verdejante, por dentro a mata era atemorizante. Por ela serpenteava o começo do

---

1 Monge beneditino e historiador brasileiro (São Vicente, 1717 – Santos, 1800).

2 Datado de 3 de julho de 1784, citado em *Descobrimto do Brasil*, de João Capistrano de Abreu.

Peabiru, trilha de cerca de 3 mil quilômetros utilizada pelos indígenas para chegar aos Andes peruanos. Naquele trecho inicial, aclive de serra, era um caminho cheio de “atoladeiros, subidas e montes [...], mui áspero e segundo creio o pior que há no mundo” (padre José de Anchieta);<sup>3</sup> “põe assombro aos que hão de subir ou descer” (padre Simão de Vasconcelos);<sup>4</sup> “o pior que nunca vi” (padre Fernão Cardim).<sup>5</sup>

Com frequência, a terra era assolada por tempestades assombrosas para um europeu, com aguaceiros que faziam descer a enxurrada pela serra, com vendavais, relâmpagos e trovões. Para complicar, Ramalho tinha ainda de evitar a profusão de cobras venenosas e defender-se de uma grande variedade de insetos implacáveis: mariquis, ou baraguis, e muriçocas (do tupi *mbe'ru*, “mosca”, e *soka*, “que fura”, um pernilongo menor e mais encorpado), além de trezentas variedades de borrachudos. Hematófagos do tamanho de uma cabeça de alfinete, pretos, que saem sobretudo de manhã e no fim da tarde, deixavam na pele branca do europeu picadas duradouras e torturantes, que ardiavam e coçavam ao mesmo tempo.

A ilha de São Vicente era bem conhecida pelos navegantes como porto, embora fosse desabitada. A caminho do Oriente, as naus desciam ao longo da costa brasileira até aquele ponto. Por estar na mesma latitude do cabo da Boa Esperança, era o lugar mais ao sul do continente americano onde se podia em terra firme abastecer as caravelas de água e provisões para atravessar novamente o Atlântico e contornar o cabo das Tormentas, ultrapassando a África rumo ao oceano Índico. São Vicente marcava ainda, segundo os cálculos do mercador, cartógrafo e aventureiro florentino Américo Vespúcio, o meridiano até onde os portugueses podiam se estabelecer, conforme o Tratado de Tordesilhas.

---

3 José de Anchieta, carta aos enfermos em Coimbra, 1554.

4 Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, 1663.

5 Fernão Cardim, *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, 1583.

Celebrado com a Espanha em 7 de junho de 1494, o Tratado dividia as terras “descobertas e a descobrir” entre os dois países, de modo a evitar litígios entre as duas nações emergentes. Pelo acordo, ratificado pelo papa Júlio II em 1506, Portugal e Espanha dividiam entre si todos os potenciais domínios ao Ocidente, não obstante a existência de outros possíveis interessados. Cabiam a Portugal as terras até uma linha imaginária que descia a 370 léguas, ou 1.770 quilômetros, a oeste das ilhas de Cabo Verde. Dali em diante, o território era considerado pertencente aos espanhóis. “Portugal considerava a nova terra propriedade direta e exclusiva da Coroa, pelas concessões papais, pelo tratado de limites concluído com a Espanha e pela prioridade do descobrimento”, afirmou Capistrano de Abreu.<sup>6</sup>

As naus que aportavam em São Vicente eram raras. Para não ficar isolado, Ramalho atravessou o mangue, vasta região onde se espraiavam os igarapés, os rios menores, com suas águas limpas e escuras, e onde se multiplicavam ostras, mexilhões e mariscos, assim como siris do tamanho da mão de um adulto. Levado pelos tapiaras, os guias indígenas, instalou-se em Jaguaporebaba, na serra do Mar, apossando-se de terras próximas da aldeia de Uruará, que se tornaria no futuro São Miguel Paulista. Mais tarde, avançou para o planalto além da serra, que se estendia em direção ao interior e talvez já tivesse o nome de Piratininga, utilizado pelos jesuítas em suas cartas.

Segundo José de Anchieta, o termo designava a vazante dos rios, que deixava os peixes na várzea, apodrecendo ao Sol. No entanto, como ele tinha interesse em divorciar a história de Piratininga da figura de Ramalho, considerado pelos jesuítas um herege sem salvação, é possível que o planalto tenha na verdade recebido esse nome por causa do desbravador, que ali possuía poderes maiores que os do próprio rei de Portugal – seria, dessa forma, planalto *do* Piratininga, e não *de* Piratininga.

---

6 João Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*.

Os indígenas levaram Ramalho ao rio Guapituba, onde estava a aldeia de Tibiriçá (em tupi, “principal da terra”), um dos chefes guaianazes. Ali ele passaria o resto de sua vida, se tornaria respeitado, até venerado, tanto quanto temido e odiado pelos inimigos. Seriam muitos os que o despreveriam como um homem prepotente, ganancioso e cruel.

Não é difícil saber como viveu Ramalho entre os guaianazes nos primeiros tempos, antes da chegada de outros portugueses. Embora recebido pelo chefe da aldeia, ele não tinha muitas razões para se sentir seguro. A noite entre as malocas era de assombrar; as grandes construções na clareira eram como dinossauros adormecidos. Dormia dentro de uma maloca, com indígenas que não conhecia e que, distantes a princípio, pouco falavam com ele. Os indígenas brasileiros tinham em comum o espírito alegre e brincavam como crianças, mas mudavam facilmente de humor. De repente, podiam enfurecer-se com a mesma pessoa com quem confraternizavam no instante anterior; aquele de quem se diziam amigos, passavam a tratá-lo como se não o conhecessem. A sensação de ficar dentro de uma aldeia com gente assim era de incerteza absoluta. Não se conheciam as leis nem a razão pela qual um indígena podia se voltar contra um estrangeiro. E, nesse caso, a consequência muitas vezes era a morte.

As mulheres, por outro lado, o viam passar e escondiam o riso atrás da mão: logo ele saberia que poderia tomar ali quantas quisesse. Andavam nuas, exceto pelo uluri – cordão de embira trespassado entre as pernas, que tinha poderes mágicos, para preservar-lhes a virgindade. Aquele que não o respeitasse despertaria uma maldição, ameaça em geral suficiente para evitar que os indígenas violentassem as mulheres.

Aos poucos, Ramalho conquistou a confiança do cacique. Adotou a vida indígena. Vivia nu, mimetizando-se com os indígenas, que assim o foram tomando como um dos seus. Tibiriçá adotou-o como genro, mais por sua utilidade como intermediário entre ele e o homem branco, ou pelo costume indígena de assim multiplicar

parentes e aliados, do que como uma honraria. Deu-lhe em casamento sua filha Mbicy (“a flor”) – Martira, Bartira ou Potira, na sua forma aportuguesada.

Ramalho teve também filhos com outras mulheres, até mesmo com irmãs de Bartira. Seus hábitos emprestados dos guaianazes causariam horror, anos mais tarde, aos primeiros padres jesuítas que foram conhecer o planalto. “É o principal estorvo para com a gentilidade que temos, por ser ele muito conhecido e aparentado com os indígenas”, afirmou o padre Manoel da Nóbrega, em carta ao padre Luís Gonçalves da Câmara, em 15 de junho de 1553.

Para os jesuítas, Ramalho podia ser um herege irremediável, mas o fato de ter se transformado no “Piratininga” lhe dava uma posição privilegiada, que fazia dele também um mal necessário. Tornara-se a ponta de lança da ocupação portuguesa continente adentro, justamente por adotar aquela vida semelhante à dos indígenas, na qual família e exército se convertiam em uma coisa só. “[...] tem tantos filhos, netos e bisnetos e descendentes dele, que não o ousou dizer a Vossa Alteza”, disse a seu respeito o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, em carta ao rei dom João III, em 1549. Segundo Sousa, Ramalho não tinha “cãs na cabeça nem no rosto”, para andar glabro como os indígenas, e se acostumara à vida na mata: “anda 9 léguas a pé antes de jantar”.

Ele não foi o único português que se amoldou tão bem à América tropical. Nascido em 1475, em Viana do Castelo, Diogo Álvares Correia foi lançado entre 1509 e 1510 na costa da Bahia, na altura do Rio Vermelho, hoje a cidade de Salvador, no naufrágio de uma embarcação francesa que rumava para São Vicente. Recolhido entre os escolhos, ganhou dos tupinambás o nome de Caramuru: em tupi, “moreia”, peixe agressivo com a forma de uma enguia que vive na parte submersa dos recifes.

Como Ramalho, Álvares se casou com a filha do chefe local, Paraguaçu, chamada Taparica. Essa união facilitaria por mais de quarenta anos a entrada na região das naveas portuguesas em busca de

pau-brasil. Porém, ele não se tornaria personagem tão polêmico nem tão decisivo na formação do país quanto Ramalho. O embate entre o deserdado que se mimetizava à terra e os jesuítas que desejavam moldá-lo conforme a combinação do poder secular e religioso de Portugal definiu não apenas o futuro do planalto de Piratininga como também do Brasil.

## SENHORES DA FLORESTA

Os indígenas encontrados por João Ramalho e Diogo Álvares estavam ali havia muito tempo, embora não fossem autóctones. Existem sinais da presença humana no Brasil desde o período das cavernas, com inscrições rupestres em regiões tão distantes entre si como Mato Grosso e o Piauí. Porém, os povos indígenas encontrados na América pelos primeiros colonizadores provavelmente se originavam de correntes migratórias vindas do Alasca no final do primeiro milênio.

Sem contar os povos andinos, que seriam paralelamente dizimados pelos colonizadores espanhóis, havia no território sul-americano mais de 1,4 mil comunidades de quarenta famílias linguísticas diversas, que habitavam aldeias de unidade política e econômica própria. “Os indígenas desta província são inumeráveis pela terra adentro, de várias nações e costumes e linguagem e muitos deles são como selvagens [...]”, descreveu José de Anchieta. “São como vermelhos de cor, de mediana estatura, a cara e os mais membros mui bem proporcionados; o cabelo é corredio de homens e mulheres; são grandes pescadores e como peixes no mar vão ao fundo e estão lá de espaço até trazerem o que buscam. Nos campos e florestas andam e rompem como bichos; são guerreiros e grandes frecheiros; basta ver um olho só descoberto a um homem para lhe pregar [uma flecha].”

Os portugueses os classificaram em três grandes grupos: os tupis, os guaranis e os tapuias. Os dois primeiros pertenciam ao tronco

linguístico tupi-guarani, duas línguas diferentes, mas irmãs, como o português e o castelhano. “Sua língua é delicada, copiosa e elegante, tem muitas composições e síncopas, mais que os gregos”, definiu José de Anchieta. As diferenças entre tupis e guaranis resultaram de uma divisão na corrente migratória, que enviou os guaranis à bacia do Paraguai, enquanto os tupis se estabeleceram ao longo da costa brasileira, em busca de terras férteis, que para eles tinham valor religioso. Para eles, o Paraíso – *yvy marae*, a “terra sem mal” – não se encontrava além da vida, como na tradição cristã. Era um lugar real, localizado no fim de uma longa jornada, atrás das montanhas, onde o milho crescia sem cuidados e as flechas iam à caça sozinhas.

Para isso, expulsaram em direção ao interior uma etnia que deixou poucos registros, os tupinaés. Estes, por sua vez, já tinham empurrado sertão adentro os tapuias, com traços raciais próprios e uma cultura menos sofisticada – por essa razão, considerados inferiores (tapuia, em tupi, significa “servo”, ou “escravo”). Os tupinambás ocuparam uma extensa área ao sul da bacia Amazônica e seus afluentes da margem direita, além de toda a extensão da costa atlântica, entre a foz do Amazonas e Cananeia, no litoral paulista. Os guaranis se instalaram mais ao sul, de Cananeia até a foz do rio da Prata, por eles chamado de Paranaguazu (“mar grande”), e daí para o interior, ao longo dos rios Uruguai, Paraguai e Paraná. Seus domínios terminavam na confluência do Paraná com o Tietê, separados pelo Chaco de outro povo guarani, os chiriguanos, na fronteira com o Império Inca, dominador da América andina.

Os tupinambás eram orgulhosos conquistadores, que ocupavam a terra havia cerca de quinhentos anos. Possuíam uma civilização mais sólida que as anteriores em tecnologia e organização social e ainda se encontravam em formação ao tempo da chegada dos portugueses. Não usavam linguagem escrita, não sabiam nem contar nem o que era o dinheiro, mas dominavam o fogo, feito com o atrito de galhos secos de ibiracuíba, e comiam o alimento assado ou cozido. Assavam a carne, o peixe e a mandioca no moquém, grelha feita

com encarvoadas ripas de madeira. Por serem agricultores, davam importância ao domínio da terra, que defenderiam mais incisivamente do invasor português que os tapuias.

Sem instrumentos nem interesse pela agricultura, os tapuias não se estabeleciam. “Não têm aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem sequer plantam mantimentos para sua sustentação”, descreve *Diálogos das grandezas do Brasil*, obra de 1618, de autoria atribuída a um colono português na Paraíba, Ambrósio Fernandes Brandão. Nômades, eles precisavam de grandes extensões de terra para encontrar alimento, oriundo da caça, da pesca e do extrativismo. Em muitos casos, dormiam sob as árvores, cobertos por folhas. Alguns povos, como os goitacazes, os guaianás, os caiapós, os aimorés e os cariris, que ainda se encontravam mais próximo ao litoral, viviam em guerra permanente com os tupis.

Os aimorés, em especial, eram considerados inimigos temíveis, tanto pelos tupis quanto pelos portugueses. “São mais altos e de maior estatura que os outros indígenas da terra, com uma língua com a qual não tem a destes a menor semelhança nem parentesco”, relata Gândavo.<sup>7</sup> “Vivem todos entre os matos como brutos animais, sem terem povoações nem casas em que se recolham [...] São mui bárbaros e toda gente desta terra lhes é odiosa.” Os adornos de guerra, como o fuso atravessado no nariz e o botoque, placa de madeira distendendo o lábio inferior, lhes davam aspecto bárbaro e feroz. Pelo uso do botoque, os antropólogos agruparam os povos tapuias com o nome de Jê-Botocudos.

Os tupis também se dividiam em múltiplos povos, como os potiguares, os timbiras e os caetés, que viviam mais ao norte no litoral brasileiro, e os tupinambás e os tupiniquins (os “vizinhos dos tupis”), mais ao sul, do atual litoral baiano até Santa Catarina. Além de caçar e pescar, como os tapuias, os tupis estabeleciam-se em aldeias de forma sedentária para o plantio de feijão, milho, abóbora,

---

7 Pero Magalhães Gândavo, *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*.

pimenta, mindubi (amendoim) e aipim – a mandioca-brava, tubérculo venenoso que exigia técnica para a retirada do ácido cianídrico, de modo a torná-lo comestível. Conforme registrou José de Anchieta em suas cartas, os nativos deixavam a raiz na água durante dias: “Apodrecidas porém que sejam, convertem-se em farinha, que se come, depois de torrada em vasos um tanto grandes, feitos de barro”. Plantavam também o tabaco, que fumavam enrolado em folhas de palma, com “grande mimo e regalo”.<sup>8</sup> E aspiravam sementes de mimosa como rapé.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, os tupinambás tinham acabado de expulsar os tupiniquins da baía da Guanabara, empurrando-os para o litoral do Espírito Santo e o sul da Bahia. Pela posse da terra, tanto quanto a defesa da liberdade, os tupinambás entraram no conflito com os portugueses católicos de forma mais direta, prolongada e violenta. E os tupiniquins se aproveitaram de seu conflito com os franceses protestantes para torná-los aliados em sua rivalidade local. “Longe de [os tupinambás e tupiniquins] perceberem como ameaça a chegada desses invasores e fazerem causa comum contra eles, acentuaram sua hostilidade recíproca ao integrarem aos seus próprios conflitos os conflitos que opunham os recém-chegados”, afirma a antropóloga francesa Hélène Clastres.<sup>9</sup>

Os tupinambás faziam sofisticados *inis*, redes com as fibras da banana e do algodão (*manigô*); produziam vasos de barro, flautas de bambu e machados de pedra; usavam o casco de tartaruga para fazer pratos, chocalhos e brinquedos para crianças. Espinhas de peixe serviam como pentes. Tomavam bebidas alcoólicas, o *cauim*, feito de mandioca ou de milho, e o *auati*, fermentado pelas mulheres dentro da boca antes de ser fervido. “No caso de ser chamada uma mulher casada para colaborar nesta tarefa, é necessário que ela se abstenha

---

8 Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*.

9 Hélène Clastres, *Terra sem mal – o profetismo tupi-guarani*.

de relações com seu marido por alguns dias”, relatou André Thévet.<sup>10</sup> “Caso contrário, a bebida jamais alcançaria a desejada perfeição”.

Em cada aldeia (taba), viviam cerca de quatrocentas pessoas, número calculado da primeira comunidade encontrada por Cabral na costa baiana.<sup>11</sup> Por conta das incursões inimigas, muitas delas à noite, cercavam a aldeia com uma paliçada de taquaras, que a protegia de flechadas, e uma cerca externa de paus pontiagudos fincados no chão, como um espinheiro, que chamavam de caiçara. Ali dentro, os indígenas dispunham sete ou oito grandes malocas (“mortugabas”) ao redor da ocara, amplo terreiro central que era ao mesmo tempo cenário da vida social e cemitério. Ali se realizavam as cerimônias fúnebres, as reuniões do conselho da aldeia e também as execuções. Cada maloca abrigava cerca de cinquenta pessoas, de acordo com Manoel da Nóbrega em *Informação da Terra do Brasil*, de 1549. Moravam juntos adultos, velhos e crianças ligados por algum laço de parentesco. Havia um tácito controle populacional, proporcionado primeiro pela guerra permanente, na qual morriam muitos homens, e pelo rapto das mulheres. Quando uma comunidade ultrapassava o número aceitável de habitantes, construía-se outra aldeia, a alguns quilômetros de distância, para evitar a superpopulação. Passavam a ser comunidades amigas e a dispor de estruturas separadas de comando e subsistência.

Ao dar uma filha em casamento, o indígena estabelecia múltiplas ligações, que fazia com que todos na aldeia fossem de alguma forma avós, irmãos ou cunhados, filhos ou sobrinhos uns dos outros. Para os europeus, casar com uma mulher indígena significava estabelecer amplas relações que facilitariam recrutar mão de obra e obter aliados para capturar escravos e trocá-los por mercadorias. Essa estrutura deixou marcas na sociedade brasileira, com o chamado “cunhadismo”, noção ampliada de família, que vai muito além

---

10 André Thévet, *Singularidades da França Antártica*.

11 Pero Vaz de Caminha, *Carta do Descobrimento*.

da consanguinidade. “A função do cunhadismo na sua nova inserção civilizatória foi fazer surgir a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil”, afirmou Darcy Ribeiro.<sup>12</sup>

Os tupis, assim como os tapuias que mais tarde deram origem às comunidades indígenas subsistentes nos parques nacionais indígenas, procuravam fixar as aldeias em terras férteis, à distância de pelo menos um ou dois quilômetros de rios e do mar, distância que lhes dava mais segurança em caso de ataque inimigo. Eram gente da floresta tanto quanto da água. A bordo de igaras, canoas esculpidas em grandes troncos, capazes de levar de vinte a quase uma centena de homens, os guerreiros atravessavam os vagalhões à força de remos de pá dupla e podiam percorrer grandes distâncias pelo mar, beirando a costa. Nos igarapés, preferiam canoas menores, os *ubás*.

Guerreavam o tempo todo, não apenas para proteger seu território, mas como um modo de vida. “A sociedade primitiva era essencialmente uma sociedade guerreira”, escreveu o antropólogo político francês Pierre Clastres, em seu livro de ensaios *Arqueologia da violência*. “Qual a função da guerra primitiva? Garantir a permanência da dispersão, da fragmentação, da atomização dos grupos.” Servia para manter um equilíbrio que, embora fosse social, obedecia a mecanismos próximos aos da ecologia, com seu controle natural de superpopulações. Os indígenas eram o que há de mais próximo entre natureza e civilização. “São de tal forma bárbaros e indômitos, que parecem aproximar-se mais à natureza das feras do que à dos homens”, afirmou Anchieta.

Possuíam uma cultura bem definida, rústica aos olhos dos portugueses, porém moldada ao clima, às condições do trópico e à estrutura de sua sociedade. As malocas eram construções retangulares ou oblongas que formavam um salão sem divisões internas, nem privacidade. Os indígenas estendiam as redes de dormir entre as paredes da maloca e as grandes traves centrais nas quais se apoiava a

---

<sup>12</sup> Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro*.

abóbada da edificação. Na área interna, havia um par de fogueiras pelo chão, colocadas de um lado e outro da rede do chefe da família, que aqueciam e iluminavam o ambiente dia e noite. A palha de palmeira, a *pindoba*, era colocada em sucessivas camadas, formando uma parede espessa. A maloca não tinha janelas; sua única comunicação com o exterior eram duas portas em lados opostos, aberturas estreitas e baixas, mantidas fechadas. Os indígenas tinham aprendido que a palha funcionava como isolante, mantendo estável a temperatura interior. Quase sem comunicação com o exterior, as malocas não sofriam tanto a influência do calor escaldante do dia, nem do frio noturno.

Os indígenas cortavam o cabelo descobrindo a nuca, a parte do corpo onde suamos primeiro: assim eles se refrescavam no calor tropical. Os tupinambás rapavam o cabelo também acima da testa, costume que atribuíam aos ensinamentos do deus Monan, e arrancavam os poucos pelos que lhes nasciam no corpo, incluindo as sobrancelhas, cortadas com um fino silício, afiado para esse fim. Quando primeiro aportaram ao Brasil, os portugueses chocaram-se ao vê-los nus. Cedo, porém, Ramalho e os primeiros portugueses que passaram a habitar a terra brasileira descobriram como era melhor ter pouca roupa e tomar vários banhos ao longo do dia no clima tropical, quente e úmido. Manter a roupa limpa no meio da mata era impossível. Dessa forma, adaptaram-se muito mais aos hábitos dos indígenas do que o contrário.

Em lugar das vestes, os indígenas utilizavam adornos que tinham tanto significado para eles quanto a roupa para um europeu, como expressão de idade, riqueza, poder ou qualquer outra distinção do indivíduo na sociedade europeia. O tipo de desenho, especialmente nas pinturas de guerra, transfigurava os guerreiros em animais poderosos como a onça e o tamanduá. Feitos com conchas de caramujo, os colares indicavam riqueza: quanto mais numerosas e maiores as conchas, maior a importância do indivíduo na sociedade. Colares de dentes de onça só podiam ser utilizados por chefes. Tais

ornamentos eram proibidos às mulheres, a quem só se permitiam os braceletes e a pintura. Ao contrário da sociedade europeia, onde tradicionalmente cabia à mulher enfeitar-se para atrair o homem, os indígenas eram como os pavões, nos quais somente o macho possui a cauda vistosa, para impressionar as fêmeas e assustar o inimigo.

Os indígenas cobriam o corpo com a tinta enegrecida do *iani-paba*, ou jenipapo; depois o adornavam com penas de papagaio ou do *uirapiranga*, ave de uma penugem vermelho-escarlate; furavam as orelhas e lábios, onde alojavam os *tembetés* – ossos, pedras ou pedaços de madeira que lhes davam aspecto feroz. Usavam faixas de algodão na cintura, que não eram apenas decorativas. Como no judô, a cor das faixas de algodão na cintura indicava o valor do guerreiro, e tinha de ser conquistada, o que se media pelo número de prisioneiros feitos em guerra. A cada prisioneiro, os indígenas ganhavam um novo “nome”, como um grau para uma faixa superior. Os grandes lutadores traziam faixas com listras vermelhas e, no topo da cadeia, faixas inteiramente vermelhas, que indicavam os mais valorosos e bem-sucedidos. Esse vermelho provinha da tinta extraída da *ibirapitanga* (*ybirá*, “árvore”; *pyraña* – “vermelha”), cujo nome científico é *Caesalpinia echinata* e que os portugueses chamaram de pau-brasil.

Assim como o corpo, os indígenas ornamentavam suas armas. Recobriam o cabo das pesadas bordunas de madeira com um trançado de palha colorida e nela penduravam penas coloridas. Possuíam potentes arcos; o atirador deitava-se de costas no chão, segurava a flecha com ambas as mãos e retesava o arco com a planta dos pés para disparos de longo alcance. Como defesa, utilizavam escudos feitos com o duro couro de anta – o *tapir*.

Na guerra, eram temerários. Lançavam-se adiante, gritando e meneando o corpo, para escapar à mira dos flecheiros inimigos. Na luta corpo a corpo usavam a borduna e, no limite, agarravam o adversário, esmurrando e mordendo ferozmente. Apesar da desvantagem no equipamento de guerra, tinham mais coragem que os portugueses, pelo simples fato de que não receavam morrer: só a valentia e as

glórias em combate importavam, e eles acreditavam que reencarnariam nos filhos ou netos, que viriam vingá-los como se fossem eles mesmos. Como descreve Pero Magalhães Gândavo:<sup>13</sup>

Quando vão à guerra sempre parecem que têm certa a vitória, e que nenhum de seu partido irá morrer. Assim em partindo, dizem, vamos matar, sem mais outro discurso nem consideração, e não cuidam que também podem ser vencidos. E somente com esta sede de vingança, sem esperanças de despojos, nem de um outro interesse que a isso mova, vão muitas vezes buscar seus inimigos mui longe, caminhando por serras, matos, desertos e caminhos mui ásperos. Outros costumam ir por mar de umas terras para outras em umas embarcações a que chamam canoas quando querem fazer saltos ao longo da costa. [...] São mui atrevidos (como digo) e tão confiados em sua valentia, que não há forças de contrários tão poderosas que os assobrem, nem que os façam desviar de suas bárbaras e vingativas tenções.

Se não podiam levar embora os prisioneiros, executavam-nos e carregavam suas partes para comê-las depois. Quando levavam o inimigo capturado, mantinham-no em seu convívio, por vezes durante meses, com uma coleira feita de algodão que não podia ser desatada. Na maior parte do tempo, o cativo era bem tratado, alimentado e gozava de relativa liberdade. Davam-lhe uma mulher, para servi-lo sexualmente, cuidar dele e, por outro lado, vigiá-lo. “Quando cativam alguém, trazem-no com grande festa com uma corda pela garganta e dão-lhe por mulher a filha do principal ou qual outra que mais o contente”, narrou Manoel da Nóbrega.<sup>14</sup> “Põem-no a cevar como porco, até que o hajam de matar, para o que se ajuntam todos os da comarca a ver a festa.”

---

13 Pero Magalhães Gândavo, *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*.

14 Padre Manoel da Nóbrega, *Informação da Terra do Brasil*.

Devido ao costume de oferecer mulheres aos visitantes, ou aos prisioneiros que mais tarde seriam devorados nos rituais de guerra, muitas mulheres indígenas pariam crianças condenadas também à morte após o nascimento. Caso uma mulher grávida tivesse o marido morto, o que acontecia frequentemente naqueles tempos de guerra, e contraísse novo casamento, também tinha o direito de sacrificar a criança, para não ter de criá-la com o novo parceiro. Os indígenas costumavam matar o bebê quando não teria pais, ou como um prolongamento da vingança sobre o inimigo. Por saber que as crianças seriam mortas mais tarde, na maior parte das vezes as mulheres que engravidavam de inimigos prisioneiros abortavam em segredo, antes do nascimento.

Quando permaneceu como refém na aldeia de Iperoig, José de Anchieta foi testemunha da morte de um menino de três anos, filho de um cativo que já haviam executado antes de seu nascimento. “[...] Queriam em meninos pequenos vingar as injúrias e mortes que recebiam dos inimigos”, escreveu em sua carta de 1º de junho de 1560. “Depois de alguns dias, estando nós outros ausentes, o mataram com as costumadas solenidades, mas não o comeram, estando presentes alguns dos moradores; e outros que já haviam deixado mais altas raízes na Fé, foram para outros lugares, não querendo manchar os olhos com tal espetáculo.”

Ao contrário do que um europeu julgava natural, um indígena prisioneiro não desejava fugir, uma vez que a fuga seria uma desonra imperdoável. “O guerreiro capturado não pertence mais à tribo (de origem), está definitivamente excluído da comunidade, que espera apenas receber a notícia de sua morte para depois vingá-lo”, escreveu Pierre Clastres, no ensaio “Infortúnio do guerreiro selvagem”.<sup>15</sup> “Se ele tentasse escapar, os líderes de sua aldeia se recusariam a recebê-lo.” Esse tipo de comportamento se verificava não apenas entre

---

15 Pierre Clastres, *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*.

os tupinambás, como nos demais povos americanos, do Chaco ao atual território do Canadá.

Acima de tudo, a morte dava ensejo à vingança, num círculo que alimentava a guerra de forma permanente. “Nenhuma coisa os atormenta mais na hora da morte que a mágoa que levam de não poderem se vingar de seus inimigos”, afirmou Gândavo.<sup>16</sup> Os indígenas cultuavam tanto a raiva vingativa que, conforme relata André Thévet, a dirigiam a tudo, até aos piolhos, que matavam a dentadas. Aos meninos de três anos já ensinavam a manejar o arco e flecha e “não perdoar quem quer que seja – antes de morrer”.<sup>17</sup>

O que mais assustava os portugueses era a antropofagia, embora o consumo de carne humana se restringisse aos prisioneiros de guerra: o canibalismo ritual. A morte era uma honraria tanto para o prisioneiro quanto para seus algozes, como retratado pelo poeta Gonçalves Dias no clássico poema da língua portuguesa “I-Juca Pirama”, no qual o guerreiro tupi escapa para cuidar do pai, cego, e por isso é tomado como covarde. Ao retornar voluntariamente para a aldeia da qual fora feito prisioneiro, é menosprezado – até que, na luta, mostra que tem valor suficiente para ser devorado.

Sem compartilhar da visão heroica dos indígenas, os portugueses conviviam com o medo permanente de serem comidos. Os relatos dos festins canibalescos aumentavam seus temores. O mais rico em detalhes foi feito pelo mercenário alemão Hans Staden, que fez duas viagens ao Brasil, a primeira a bordo de uma nau portuguesa que carregou pau-brasil na Paraíba, em 1547, e a segunda em 1550, dessa vez na esquadra do espanhol Juan de Salazar y Espinosa de los Monteros, que fundara em 1537 a cidade de Assunção. A caminho de tomar posse do cargo de tesoureiro real das Províncias do Prata, Salazar teve suas naus danificadas por uma tempestade no

---

16 Pero Magalhães Gândavo, *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*.

17 Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*.

litoral de Santa Catarina. E a caravela na qual Staden se encontrava naufragou ao retornar para pedir ajuda em Itanhaém.

Socorrido em São Vicente com a dúzia de homens salvos do desastre, o alemão foi convidado para ser o artilheiro do forte de Bertioiga, emprego que nenhum português queria. Entre aquilo e seguir pelo Peabiru, caminho por terra até Assunção, como decidiram fazer seus outros companheiros, Staden preferiu ficar. “A maior parte do tempo passei eu na casa [o forte de Bertioiga] com outros dois homens”, conta ele, que se revezava com os companheiros nas vigílias noturnas.<sup>18</sup> “Tínhamos ali alguns canhões, porém estávamos em grande perigo e nunca seguros diante dos indígenas, pois a casa não era muito sólida.”

Depois de concordar em servir no forte por quatro meses, prometeu continuar por mais dois anos. Porém, certo dia em que preferiu sair para caçar no lugar de seu escravo indígena, Staden foi capturado na mata por tupinambás. “Mordiam os braços, a fim de significar que iam me devorar”, narrou ele. Depois de uma barulhenta disputa sobre quem o capturara primeiro e teria, portanto, a primazia sobre o prisioneiro, levaram-no em igaras para uma aldeia chamada Ubatuba, situada entre o litoral de Mangaratiba e a baía de Angra dos Reis.

“Cortaram-me as pestanas e levaram-me para junto das cabanas”, escreveu. “Formaram um círculo ao redor de mim, ficando eu no centro com duas mulheres; amarraram-me na perna um chovalho e na nuca penas de pássaros.” Nos dias seguintes, passou por uma série de humilhações, como ter as pernas amarradas para saltar como um canguru dentro da maloca. *Xé remimbaba in dé* (“Tu és meu animal prisioneiro”), diziam seus captores.

Esperto e sortudo, Staden conseguiu explicar aos indígenas que não era português, apesar de ser artilheiro em Bertioiga, e

---

<sup>18</sup> Hans Staden, *Duas viagens ao Brasil*.

aproveitou pequenas coincidências cotidianas para sugerir a seus supersticiosos captores que sofreriam com uma maldição se o devorassem. Porém, o medo de morrer o acompanhou até o final. Nesse período, Staden conviveu com os indígenas, teve a oportunidade de acompanhar um ataque contra inimigos e conheceu personagens marcantes, como o chefe Cunhambebe. Mais: assistiu à execução de indígenas e portugueses capturados pelos tupinambás, alguns dos quais conhecia pessoalmente, enquanto esperava pelo seu próprio desfecho.

Para ele, assistir àquilo, além do horror ocidental, tinha algo de tortura psicológica, como uma antevisão do seu próprio destino. No dia marcado para a morte, que os indígenas contavam retirando conchas do colar de algodão colocado no pescoço do prisioneiro, ele era primeiro insultado pelas mulheres, que lhe atiravam pedrinhas. De cabelo e sobrancelhas rapados, o condenado era amarrado pela cintura com a *mussurana*, uma corda de fibras de palmeira, cujas pontas eram seguras por vários homens dos dois lados. Depois o ritual previa uma altercação, na qual vítima e seus algozes jactavam-se de seus feitos em batalha e prometiam vingança de parte a parte. “Guerreiros valorosos morrem na terra de seus inimigos”, dizia o prisioneiro, de acordo com Staden. “E a nossa terra ainda é grande. Os nossos logo se vingarão em vós.”

O guerreiro ficava com os braços livres justamente para tentar se defender e demonstrar sua bravura – às vezes, tomando a borduna de algum algoz, passava ao ataque. No final, porém, acabava sempre executado com um golpe na base da cabeça que lhe espatifava o crânio. De acordo com Staden, em seguida à execução os indígenas esfolavam o corpo e tapavam o ânus do cadáver com um pedaço de madeira para não perder as vísceras. O corpo era esartejado e assado no moqué. As mulheres e crianças (os “curumins”) ficavam com as vísceras, a língua e os miolos, recolhidos do chão em uma cabaça por uma das mulheres. Desses miúdos se fazia uma pasta rala chamada “mingau”, nome até hoje utilizado

no Brasil para a papa das crianças. O sangue da vítima era recolhido pelos indígenas para banhar seus filhos homens, de modo a torná-los mais corajosos.

Os indígenas aguardavam que a carne esfriasse para comê-la, acompanhada de goles de cauim e baforadas de tabaco. As sobras eram assadas novamente e esfriadas quando quisessem consumi-las outra vez. Staden viu a carne de um português que conhecia, chamado Jerônimo, ficar pendurada três semanas na maloca onde dormia, sobre um fumeiro, “até que ficou seca como um pau”. Afinal retornou o indígena que capturara o português, chamado Paraguá, que se internara na mata em busca de raízes para o preparo do cauim.

Não havia muita chance de fazer seus captos desistirem de comê-lo, exceto pela demonstração de covardia e a convicção de que sua carne lhes faria algum mal. Para os indígenas, não havia perdão. “Quando censurei a um destes carrascos a crueldade de suas ações, replicou-me ele pronta e indignadamente que nós, sim, é que deveríamos nos envergonhar de perdoar nossos prisioneiros de guerra”, conta André Thévet.<sup>19</sup> Seu interlocutor então lhe daria um conselho que se tornaria profético. “Melhor faríamos se os matássemos, não lhes fornecendo oportunidade de iniciar outra guerra contra nós.”

Ao todo, Staden passou nove meses e meio entre os indígenas. Nesse período, mudou de dono e aldeia, até ser trocado novamente por um punhado de espelhos e outros utensílios pelo comandante francês Guilherme de Moner, que estacionara sua nau *Catherine de Vetteville* na Guanabara para embarcar pau-brasil e o resgatou, como parte derradeira da negociação. Graças à sua miraculosa salvação, Staden viveu para escrever o primeiro relato etnográfico do Brasil. Com gravuras feitas sob sua orientação, *Dois viagens ao Brasil* foi publicado pela primeira vez em 1556, na Alemanha.<sup>20</sup>

---

19 André Thévet, *Singularidades da França Antártica*.

20 O extenso título original é “História verdadeira e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida